



**ACÓRDÃO Nº44/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11805/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal do trabalho, Empreendedorismo e Inovação-SEMTEPI
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Sra. Ananda da Silva Carvalho-Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Desenvolvimento-SEMTRAD
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI/DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1968/2022-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal do trabalho, Empreendedorismo e Inovação-SEMTEPI. Exercício de 2017.

*Revelia. Regularidade com ressalvas. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** a empresa Nell Engenharia Eireli-EPP;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Desenvolvimento-SEMTRAD, exercício 2017, de responsabilidade da **Sra. Ananda da Silva Carvalho** – Secretária e Ordenadora das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei nº 2.423/96.
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Francisco Romoaldo Rodrigues Paulino** no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, com fundamento no art. 54, V da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, V da Resolução nº 04/2002 com redação dada pela Resolução nº 04/2018 pela restrição nº 1.1.4 do Relatório Conclusivo nº 315/2019-DICOP, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR



**ACÓRDÃO Nº44/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Considerar em Alcance** a empresa Nell Engenharia Eireli-EPP no valor de **R\$ 32.017,32** (trinta e dois mil, dezessete reais e trinta e dois centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996 pela restrição nº 1.1.4 do Relatório Conclusivo nº 315/2019-DICOP, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaus – PMM;
- 10.5. Recomendar** à Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação-SEMTEPI, antiga SEMTRAD, que:
- 10.5.1.** observe com o máximo zelo as disposições da Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitação e Contratos;
  - 10.5.2.** observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;
  - 10.5.3.** observe com o máximo zelo a Lei nº 4.320/64, principalmente quanto as fases da despesa pública;
  - 10.5.4.** cumpra rigorosamente os prazos para a remessa de dados à esta Corte de Contas por meio eletrônico;
- 10.6. Dar ciência à Sra. Ananda da Silva Carvalho** e demais interessados.
- 10.7. Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais.



**ACÓRDÃO Nº44/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 11- Ata:** 1ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.  
**12- Data da Sessão:** 31 de Janeiro de 2023.  
**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).  
**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral